

1 Alves de Carvalho; o Conselheiro Aposentado José Marques Mariz, neste ato
2 representando os demais Conselheiros Aposentados desta Corte de Contas; o Presidente
3 do Sistema Correio de Comunicação. Composta a Mesa, todos os presentes foram
4 convidados para, solenemente, ouvirem o Hino Nacional Brasileiro que foi cantado pelo
5 Coral do TCE/PB. No seguimento, o Presidente, após saudar os componentes da Mesa,
6 demais autoridades e convidados presentes, constituiu comissão composta pelos
7 Conselheiros Antônio Nominando Diniz Filho e André Carlo Torres Pontes, para fazer
8 introduzir no recinto o Doutor Marcos Antônio da Costa que, na oportunidade, prestou o
9 compromisso de praxe nos seguintes termos: “Prometo, no exercício do cargo de
10 Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, cumprir, fazer cumprir e
11 defender a Constituição Federal e a Constituição Estadual, assim como as Leis vigentes,
12 manter a dignidade do cargo e promover o bem público e a justiça”. A seguir, o
13 Presidente declarou empossado o Doutor Marcos Antônio da Costa, como Conselheiro do
14 Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, ratificando o Termo de Posse devidamente lido
15 pelo Senhor Secretário do Tribunal Pleno, Osório Adroaldo Ribeiro de Almeida, e por ele
16 subscrito na Sessão Plenária do dia 08/10/2015. **Prosseguindo, o Presidente concedeu**
17 **a palavra ao Conselheiro Arnóbio Alves Vlana, para fazer a saudação em nome dos**
18 **Conselheiros desta Corte de Contas. Após saudar os componentes da Mesa, Sua**
19 **Excelência fez o seguinte pronunciamento:** “Certa vez, perguntaram a Confúncio
20 quais as qualidades de um homem superior? E ele respondeu: “O homem superior é
21 gentil sem aceitar subornos. Ele trabalha ao lado do povo sem dar motivos para
22 ressentimentos. Ele tem ambições, mas não é avarento. Ele tem dignidade, mas sem o
23 orgulho indevido. Ele inspira respeito, mas não é cruel”. Essas qualidades eu sempre as
24 identifiquei em Humberto Silveira Porto, que deixou saudades, e em Marcos Costa, que
25 trás esperanças. Há oito dias, o Papa Francisco disse que a Igreja Católica já vive o Ano
26 da Misericórdia. Coincidência ou não, o tribunal sacramenta, agora, como seu
27 Conselheiro Titular, o eminente Conselheiro – Substituto MARCOS ANTÔNIO DA
28 COSTA, provindo da velha misericórdia. Se misericórdia significa “Perdão”, creio que os
29 Êmulos Praxedes Pitanga e Balduíno Minervino de Carvalho, estão se perdoando
30 mutuamente, esquecendo as refregas de outrora e abraçados, onde quer que se
31 encontrem, com a mesma alegria de agricultor em noite de trovoadas, estão exultantes a
32 comemorar a vitória, por mérito, de um genuíno filho da terra. É Itaporanga que se irmana
33 sob as bênçãos de Padre Zé, Pároco naqueles tempos, daquelas plagas. Essa cena
34 imaginária para concretizar-se e repetir-se, a despeito de outros ingredientes, basta a

1 ausência de ressentimentos, condição SINE QUA NON para quaisquer reedificações
2 históricas. O sertão é habitat natural para esses reencontros, pois o sertanejo ama a
3 rebeldia, que se exterioriza pela coragem e abomina o ressentimento que se interioriza
4 pela covardia. O Sertanejo é, por isso mesmo, altivo na guerra e na paz! O berço faz o
5 homem! Experiência e serenidade, eis a marca de Marcos que se tem revelado um
6 extraordinário juiz. Antecessor de todos nós que compomos o pleno, seu papel nesta
7 casa, é tão proeminente que temeroso de não sabê-lo descrever com propriedade
8 socorri-me de um dos patronos desta Corte que, com a humildade de pedir reservas,
9 assim testemunhou: “A trajetória de MARCOS COSTA neste TCE seguiu, desde o início,
10 o que poderíamos chamar de “marca da casa”: ingresso por concurso; dedicação em
11 temo integral; busca permanente de aperfeiçoamento; estrita observância das normas
12 técnica e jurídicas aplicáveis; máximo respeito aos jurisdicionados; prevalência do
13 interesse público; fidelidade do agente público aos objetivos e meios que lhe são traçados
14 pela lei. Desde a criação do Tribunal, até a data de hoje, seus dirigentes procuraram e
15 procuram melhor infraestrutura física e melhores condições técnicas de trabalho.
16 MARCOS COSTA sempre participou com méritos dessas ações inovadoras, e, faria jus,
17 só por isto, ao regozijo de seus companheiros de trabalho, de qualquer nível funcional, no
18 momento em que alcança o píncaro da carreira com a justa passagem do cargo de
19 Conselheiro Substituto para o de Conselheiro Titular. Há, na carreira de MARCOS
20 COSTA, dois momentos em que sua contribuição ao Tribunal ficou realçada para sempre:
21 No primeiro caso, pela participação na compreensão, concepção e implantação de
22 normas de administração de pessoal, adotadas para a Casa mas utilizadas como
23 instrumento de medida do bom entendimento e da prática efetiva de tais normas por
24 parte dos jurisdicionados estaduais e municipais. Surgiu, ao fim dos primeiros quinze
25 anos de instalação, a grande oportunidade de definir um plano de pessoal mais completo
26 e tecnicamente mais adequado. Esta tarefa, lograda com êxito e merecedora de
27 reconhecimento interno e externo, é devida a todo o pessoal do Tribunal, mas, somente
28 alcançou êxito conquistado pelo incedível e cuidadoso trabalho de dois servidores em
29 especial, trabalhando junto à direção superior da Casa: MARCOS COSTA e LUZEMAR
30 MARTINS. Lembrar hoje este fato pode até não suscitar toda a admiração e todos os
31 aplausos merecidos. Mas é preciso lembrá-lo, pois foi ai, sem computador, sem
32 instalações físicas adequadas, com um mínimo disponível de servidores, sem excessos
33 bibliográficos e superando desconfianças, resistências e comodidade, que se deu o
34 passo mais decisivo, à época, para que o Tribunal se tornasse modelo e inspiração em

1 administração de recursos humanos, graças, sobretudo, ao substancial trabalho de
2 assessoria e organização de MARCOS COSTA e LUZEMAR MARTINS. Um outro fato,
3 da mesma ordem, contou com o entusiasmo, a colaboração decisiva e participação
4 estimulante de MARCOS COSTA, neste caso, sobretudo, acompanhando o trabalho de
5 LUZEMAR MARTINS, então o mais versado dos nossos servidores na matéria de que
6 vamos tratar ligeiramente. No início da década de 90, o Tribunal era mais limitado do que
7 hoje em termos de infra-estrutura física, recursos financeiros e pessoal técnico e
8 administrativo. Nesse cenário era quase impossível pensar com realismo em adotar os
9 caminhos que vários órgãos federais e estaduais abriam no sentido de absorver a
10 tecnologia de informação como instrumento para conquistar mais eficiência. Ainda assim,
11 a confiança que sempre foi um dos grandes suportes do Tribunal, aguçou nossa
12 capacidade de procurar ajuda. Por sorte, o Governo do Estado, recém constituído, tinha
13 designado para a Secretaria do Planejamento o Engenheiro Fernando Catão, nosso atual
14 Conselheiro, e esse administrador de inovações colaborou no encaminhamento das
15 pretensões do Tribunal, em matéria de informática, junto ao então Governador do
16 Estado. Sua Excelência, sem maiores indagações e com o grande espírito público que
17 lhe norteava a vida, liberou o mínimo de recursos de que o Tribunal precisava para
18 deslançar em tecnologia de informação. Tratou-se então de definir os equipamentos
19 desejados, nos mínimos permitidos pelos recursos disponibilizados, e providenciar a
20 licitação para sua aquisição. Tanto na confecção da lista de equipamentos como na
21 formalização da licitação, o TCE contou com técnico da ELETROBRÁS, na ocasião
22 detentora do maior parque público de informática. MARCOS COSTA, com já foi dito, teve
23 participação especial em todo este trabalho, enfrentado por ele e pelos demais
24 componentes da equipe de implantação, num cenário nem sempre amplamente
25 receptivo, nem sempre muito compreensivo, às vezes sensivelmente desconfiado e vez
26 por outra temeroso de que informática vinha para desempregar. Todos os obstáculos
27 foram enfrentados e vencidos. Hoje o Tribunal usa com amplitude e criatividade a
28 tecnologia de informação, criando para si e para muitas outras instituições congêneres,
29 alternativas abrangentes e flexíveis de controle externo, nas quais incorpora, cada vez
30 mais, a visão correta do real, sem prejuízo do antigo método de exame pelo formal. Por
31 esses fatos altamente construtivos e pela excelente carreira de Auditor de Contas
32 Públicas e de Auditor Substituto de Conselheiro, MARCOS COSTA ingressa hoje no
33 corpo de Conselheiro Titular do Tribunal, trazendo-nos a certeza de que continuaremos a
34 contar com seu talento, sua devoção ao trabalho, seu entusiasmo pela eficiência, seu

1 zelo pela justiça e sua fé inquebrantável em aperfeiçoamento permanente”. Dúvidas não
2 há, senhores, de que Marcos Costa conhece esta casa em sua intimidade porque dela foi
3 um dos seus construtores. Sabe, como ninguém, a importância do papel do controle
4 Externo, exercido pelo Poder Legislativo, com o Auxílio do Tribunal de Contas. Aliás, por
5 inocência ou ignorância, pensam alguns que esse auxílio traz consigo viés de
6 subordinação. Há de se indagar: O Professor que auxilia seu discípulo na defesa de um
7 trabalho acadêmico é a esse subordinado? Só os néscios responderiam que sim! Essa
8 falácia, enfadonha e repetitiva, tentando apequenar o papel dos Tribunais de Contas, é
9 bem do agrado dos que tentam esvaziá-los. Mas a quem interessa o esvaziamento dos
10 Tribunais de Contas? Interessa a quem não tem interesse de aplicar corretamente os
11 dinheiros públicos. Interessa aos que não querem ceder aos imperativos democráticos.
12 Interessa aos saudosistas dos tempos avoengos : Do quero, posso e mando. Interessa
13 aos que não fazem concessões aos reclamos populares. A esses desinteressados cabe-
14 nos transmitir a atualíssima advertência do mestre e Pensador Ascendino Leite: “Triste
15 dos que atravessam a vida sem fazer concessões, ferrados na crença de que só os seus
16 princípios são a regra do mundo. A intransigência é a ferramenta da soberba. E esta o
17 primeiro degrau pelo qual se alça a tirania”. Lembremo-nos todos, os Tribunais de Contas
18 são ínsitos aos regimes democráticos, eu já o disse, brilham e rebrilham com um fulgor
19 invulgar onde e quando vilipendiados. Cumprem com desvelo seu Múnus constitucional e
20 o fazem com comedimento, com sobriedade, sem ódio e sem medo. Nesta casa não se
21 pune por perseguição, nem se absolve por compadrio. A despeito de sazonalmente ouvir-
22 se sussurros de iconoclastas e bajuladores de todos os matizes, inoculando inverdades e
23 insinuando possíveis influências externas, ao longo de vinte anos, nunca vi decisões
24 nesta Casa que não pudessem ser defendidas e sustentadas, com substratos fáticos e
25 jurídicos, nas mais altas instâncias da justiça brasileira. Infelizmente na Paraíba, amigos,
26 não há apolíticos. Se você não tem partido, alguém lhe empresta uma cor. Creio até, que
27 alguém estranhou a pronúncia incompleta do nome do presidente. Fi-lo de propósito.
28 Reconheçamos, com tristeza: É política demais e desenvolvimento de menos. Não seria
29 melhor preocupar-nos com os problemas que afetam o nosso Estado? E o que se está a
30 propor? Esse tal de TCM, um completo desplante. Será que não vêem a escassez d’água
31 em centenas de municípios? Será que não vêem a violência, a cada minuto, matando
32 jovens e confinando idosos, tanto nas cidades como nos campos? Será que não vêem a
33 microcefalia se tornando um macroproblema, atingindo de forma irremediável toda uma
34 geração? Será que não vêem? Combater esses desatinos, Conselheiro Marcos Costa, é

1 um dos desafios que a contemporaneidade nos impõe. Pena que os nossos cargos,
2 delimitam searas, tolhendo-nos de embates maiores. Fiquemos, resignados, quase
3 estóicos, no campo do conselho: Não façam isso, não façam aquilo senhores
4 representantes do povo. Recentemente, este Tribunal deu um importante contributo ao
5 nosso estado, elaborando um profundo diagnóstico sobre a Educação Paraibana.
6 Chegaram a lê-lo? Ou estão imersos em discussões estéreis? Encerro Sr. Presidente,
7 não sem antes dizer que esta posse tem um simbolismo especial. É como se fora um
8 presente da Paraíba àquele pólo aguerrido; um coroamento das comemorações da
9 emancipação política de Itabaiana, ocorrida em 1865, há 150 anos, portanto. Naquele
10 mesmo ano – 1865 – os anarquistas reunidos na Itália, sob a liderança de BAKUNIN,
11 contrariando a imagem que nos foi impingida, e como exemplo a ser seguido pelos
12 políticos atuais, preconizavam de forma atualíssima: “A razão, a verdade, a justiça, o
13 respeito humano, a consciência da dignidade pessoal, solidária e inseparável da
14 dignidade humana do outro, o amor da liberdade por si mesma e por todos os outros, o
15 culto do trabalho com base e condição do direito, o desprezo pelo desatino, pela mentira,
16 pela justiça, pela covardia, pela escravidão e pela ociosidade, estas deverão ser bases
17 fundamentais da Educação Pública”. Viva os que se dedicam a Educação Pública
18 Paraibana! Que Deus continue inspirando seus passos, Conselheiro Marcos Costa, e que
19 V. Exa, mais uma vez, seja instrumento de transformação! FELIZ NATAL PARA TODOS!
20 Abaixo o TCM! Viva a Educação Pública Paraibana!” **No seguimento, o Presidente**
21 **concedeu a palavra à Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas junto a**
22 **este Tribunal, Dra. Sheyla Barreto Braga de Queiróz, para fazer a saudação em**
23 **nome dos Procuradores desta Corte de Contas, ocasião em que Sua Excelência fez**
24 **o seguinte pronunciamento:** “Um dos momentos mais gratificantes para qualquer
25 operador do Direito, e, também cidadão, sobretudo nestes tempos de crise, é poder
26 testemunhar a ascensão, por mérito, de um colega de reconhecida competência e ilibada
27 conduta e reputação a um cargo de tão alta responsabilidade como a de magistrado de
28 contas. Marcos, cuja sigla MAC diviso nos poucos processos físicos que ainda tramitam
29 como sinônimo não só de uma conhecida marca de cosméticos, mas como um acrônimo
30 de maturidade institucional, aguda atenção e correição de caráter, é, antes de tudo, um
31 homem forjado pela brandura da água de sua sempiterna “Misericórdia”, que o levou a
32 percorrer desde as distantes plagas do Maranhão aos rincões administrativos paraibanos,
33 antes de adentrar pela porta do concurso público as dependências do Tribunal de Contas
34 do Estado na condição de técnico do Controle Externo, posteriormente denominado

1 auditor de contas públicas. Portando um currículo tão rico e multifacetado como a figura
2 humana, com larga experiência prática e sobretudo administrativo-jurídica, o auditor
3 Marcos Costa rapidamente galgou chefias e direção no âmbito do Tribunal de Contas do
4 Estado, nunca desprezando os valores repassados pela sua família de origem e
5 consolidados pela bela e tão musicalmente sensível família que constituiu, aqui presente.
6 Cavaleiro das metas de instrução e de julgamento de processos na condição de Diretor
7 da DIAFI, cujas armas eram a disposição contínua para o trabalho e um forte senso de
8 pragmatismo operacional, Marcos Costa granjeou respeito, admiração e credibilidade
9 junto a todos os seus colaboradores, sendo aliado de primeira hora de todas as
10 empreitadas e projetos em que se lançou nosso Sinédrio. Agora, na condição de
11 Coordenador da Escola de Contas Otacílio Silva da Silveira, Marcos indubitavelmente
12 repartirá, como desde o início de sua atividade laboral, o seu vasto conhecimento técnico
13 e sua indefectível bonomia no trato com todos. Ele certamente nem imaginou que desde
14 o ingresso nos quadros técnicos deste Órgão de Controle Externo estivesse se
15 preparando para o exercício do cargo de Auditor Relator, que, por motivos didáticos e em
16 boa hora, teve seu *nomen juris* alterado regimentalmente para Conselheiro Substituto, e
17 que nessa condição figurasse na lista tríplice enviada ao Excelentíssimo Senhor
18 Governador de Estado. Ele simplesmente foi lá e fez tudo o que fez sem se preocupar
19 com eventual reconhecimento público. Importava-lhe a consciência do trabalho cumprido
20 a tempo e a contento. Aliás, frise-se neste ponto em particular, que esta Corte mais uma
21 vez demonstrou o nível de excelência de seus os nomes quando, desde o processo de
22 votação para formação da lista tríplice, contou também com nomes como os de Antônio
23 Cláudio Silva Santos, Antônio Gomes Vieira Filho e Oscar Mamede Santiago Melo, não
24 sendo tampouco olvidada a capacidade técnica do Auditor Renato Sérgio Santiago Melo,
25 que declinou de submeter sua candidatura. Pois bem, neste dia em que se comemora,
26 dentre muitas coisas, a Leitura, na Andaluzia espanhola, a Solidariedade, no Estado
27 brasileiro de Santa Catarina, o Instituto Butantã de São Paulo, o Reservista, no Brasil, em
28 homenagem a Olavo Bilac, precursor da campanha pela alfabetização e autor da letra do
29 Hino à Bandeira do Brasil – veja-se mais uma vez a ação da coincidência – nomeados no
30 mesmo dia, com publicação dos respectivos atos de forma sequenciada, a posse festiva
31 dos Procuradores do MPC paraibano nos cargos de Procurador-Geral e Subprocurador-
32 Geral para o biênio 2015-2017 ocorreu no Dia da Bandeira (19 de novembro), celebre-se
33 festivamente o homem Marcos Costa, que, sucedendo o temperado Umberto Silveira
34 Porto, ombreia-lhe em magnanimidade. Sem pretender, nem de longe, aconselhar um

1 conselheiro, o Ministério Público de Contas da PARAÍBA recorre a uma passagem da
2 história nem sempre repetida, malgrado sua atemporalidade e pertinência, no intuito de
3 ilustrar a confiança na seriedade e serenidade de conduta por nós depositada no ora
4 empossado. Nos tempos dos Antigos Romanos, costumava-se saudar os generais
5 vitoriosos com toda pompa e circunstância pelas principais vias da “Cidade Eterna” para
6 fins de recebimento junto ao Senado da salva (bandeja de prata) de palmeiras, ao depois
7 substituída por palmas, haja vista a semelhança entre nossas mãos e as folhas das
8 palmeiras. Estes verdadeiros heróis, trajados ricamente em togas com detalhes de fios
9 nas cores roxa e dourado, eram transportados em uma biga puxada por quatro cavalos e
10 acompanhado por dois escravos, um que controlava os equinos e outro que
11 acompanhava o trajeto a pé. Este maratonista tinha a missão de, subindo na biga em
12 cuja lateral se apoiava, sussurrar ao ouvido do general, a cada 500 jardas, a frase: -
13 **Lembra-te de que és mortal!**, com a finalidade precípua de refrescar na mente do
14 homenageado por notáveis feitos, que a grandeza maior estava em Roma, e não no seu
15 ego que, se mal calibrado ou perigosamente inflado, o levaria, inclusive, a atentar contra
16 as leis pelas quais os tribunos e senadores tão arduamente se bateram. Pois bem,
17 Marcos Antônio, latino até no nome de batismo, ousou conclamar: - **Lembre-se de seu**
18 **passado e a ele seja fiel!** Honre sua investidura no cargo de magistrado de contas como
19 sempre honrou as cores da Paraíba, da Misericórdia/Itaporanga que são o seu moisés, e
20 do brasão de nosso Tribunal que Vossa Excelência faz questão de ostentar no broche da
21 lapela de seus ternos, tendo a certeza do apoio de todo o corpo da Procuradoria
22 especializada em contas que ora represento. Obrigada!” **A seguir, o Presidente**
23 **concedeu a palavra ao Advogado Flávio Sátiro Fernandes, para fazer a saudação**
24 **em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional da Paraíba, ocasião em**
25 **que fez o seguinte pronunciamento, após saudar os componentes da Mesa:** “Antes
26 de tudo, desejo parabenizar, não propriamente o empossando, nem tampouco o Tribunal,
27 mas, sim, o Vale do Piancó, que está, hoje, aqui presente, para assistir à posse de seu
28 filho, como Conselheiro deste Tribunal de Contas. (*Palmas*) É-me sumamente prazeroso
29 falar em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção da Paraíba, saudando o novo
30 Conselheiro desta Corte, Marcos Antônio da Costa, escolhido em lista tríplice que o
31 Tribunal remeteu ao Excelentíssimo Governador do Estado, cumprindo-se, dessa forma,
32 o rito estabelecido pela Constituição do Estado com supedâneo no que determina a
33 Constituição Federal. Sua Excelência vem ser mais um Conselheiro que chega ao
34 Conselho sem se lhe mostrar um estranho, visto que dele participava como Auditor,

1 substituto dos titulares ou como relator com proposta de decisão, sempre acatada por
2 aqueles, diante da correção, da isenção, da perfeita consonância dos seus argumentos
3 com a lei e com a verdade das contas relatadas. O rito a que me referi, traçado para a
4 escolha de Conselheiro, inclui ainda, como no caso, uma sabatina prestada perante a
5 Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado, indispensável
6 para que os membros do Poder Legislativo procedam a uma análise do currículo
7 funcional do candidato e decidam se ele tem ou não condições de exercer o elevado
8 cargo para o qual foi nomeado. Na audiência mencionada, os parlamentares estaduais
9 tiveram oportunidade de conhecer o pensamento do empossando sobre vários temas,
10 assim como a sua vida funcional, que eu tenho a honra e a satisfação de expor aos que
11 aqui se encontram. Nascido em Itaporanga, neste Estado, filho de Paulo Costa Lima e
12 Maria Inês Costa, casado com Maria das Graças Vieira Costa e pai de Paula Tatiana e
13 Lorena, o Conselheiro Marcos Antônio da Costa, depois de cumprir os seus estudos
14 primários e secundários, matriculou-se no curso de direito da Universidade Federal da
15 Paraíba, por onde se bacharelou, no ano de 1978, inscrevendo-se, logo em seguida, na
16 Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Paraíba, onde se manteve ativo de 1979 a
17 1986. A largueza curricular de Marcos Antônio da Costa se revela logo às primeiras
18 linhas, quando se constata a sua dimensão interestadual, haja vista a sua participação no
19 serviço público de dois Estados – Maranhão e Paraíba. Naquele Estado, Sua Excelência
20 foi Técnico em Planejamento Administrativo da Secretaria de Saúde Pública, Diretor da
21 Unidade Setorial de Administração da mesma Secretaria; Chefe de Gabinete da
22 Secretaria da Segurança Pública daquela unidade federativa e Diretor da Unidade
23 Setorial de Assistência Jurídica da mesma. Ainda naquele Estado, o Conselheiro Marcos
24 Antônio da Costa foi membro do Conselho de Administração da Fundação do Bem Estar
25 do Menor; Auditor Substituto do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação
26 Maranhense de Futebol; foi membro da Comissão de Avaliação de Viaturas da Secretaria
27 de Saúde Pública do Maranhão; da Comissão de Inventário dos Bens da Secretaria da
28 Saúde Pública daquele Estado; da Comissão de Desenvolvimento Organizacional da
29 mesma Secretaria; da Comissão de Licitação daquela Secretaria e integrou a Comissão
30 Julgadora do Concurso de Monografias “Segurança e Comunidade” na Secretaria da
31 Segurança Pública do Maranhão. Na Paraíba, o Conselheiro que hoje se empossa foi
32 Agente Administrativo e Monitor Penitenciário, da Secretaria do Interior e Justiça;
33 Assessor-Chefe de Planejamento e Coordenação do Departamento Estadual de Trânsito
34 do Estado da Paraíba; Assessor Administrativo da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

1 Participou da Comissão de Auditoria Interna do Departamento Estadual de Trânsito do
2 Estado da Paraíba. Nesta Corte, por concurso público, foi nomeado Técnico de Controle
3 Externo do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, cargo posteriormente transformado
4 em Analista de Controle Externo e correspondente, hoje, ao cargo de Auditor de Contas
5 Públicas. No exercício do cargo de Técnico de Controle Externo foi convocado a exercer
6 importantes funções e comissões, tais como, Coordenador da Auditoria de
7 Aposentadorias, Pensões e Reformas; Chefe do Departamento de Controle de Atos de
8 Pessoal (DECAP); Diretor de Auditoria e Fiscalização (DIAFI); integrante do Grupo de
9 Acompanhamento do Programa de Eficiência, Eficácia e Efetividade das Ações de
10 Controle Externo do Tribunal; membro da Comissão de Inspeção Especial em diversos
11 entes do Estado da Paraíba; Comissão de Reestruturação do Plano de Cargos e Salários
12 do Tribunal e da Comissão de Edição das Súmulas e Jurisprudências desta Corte. Em
13 1999, submeteu-se a concurso público para o elevado cargo de Auditor, a quem seria
14 dada, pela Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, a incumbência de substituir, no
15 Plenário e nas Câmaras do Tribunal os Conselheiros titulares ou de relatar processos
16 com oferecimento de proposta de decisão. Foi uma decisão salutar da nossa Carta
17 Magna, pois, além de possibilitar a pronta substituição dos Conselheiros, em suas faltas e
18 impedimentos, como que duplicou o número de julgadores ou relatores, sem aumentar o
19 número de membros da Corte. Uma vez aprovado no citado concurso, foi Marcos Antônio
20 da Costa nomeado para o cargo, nele efetivando-se, após cumprimento do estágio
21 probatório. Como Auditor, substituto de Conselheiro, Sua Excelência, podemos dizer,
22 revelou-se um dínamo, tal a sua produção, quer no Plenário, quer nas Câmaras.
23 Conforme registros do Tribunal, Sua Excelência, no período de 2001 a 2015, relatou
24 7.129 processos, sendo 1.561 no Tribunal Pleno e 5.568 na Primeira Câmara. Tive a
25 honra de, em algumas oportunidades, ser por ele substituído, o que muito me valeu para
26 manutenção do ritmo que sempre emprestei à tramitação dos processos sob minha
27 responsabilidade. Fiz questão de detalhar o currículo do Conselheiro Marcos Antônio da
28 Costa para mostrar a todos que aqui se encontram, primeiro, a sabedoria do Constituinte
29 de 1988, que fez incluir como requisito para o cargo de membro das Cortes de Contas, a
30 notoriedade dos conhecimentos de administração pública, de tal modo que se o
31 Conselheiro ora empossando não tivesse as noções jurídicas hauridas no curso de direito
32 de nossa Universidade, haveriam de socorrê-lo, sem dúvida, os conhecimentos de
33 administração pública obtidos na gama de cargos, funções e comissões que exerceu na
34 administração de dois estados; segundo, para demonstrar que os membros da Comissão

1 de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa da Paraíba agiram com extrema
2 proficiência ao concluírem que o Bacharel Marcos Antônio da Costa reúne todas as
3 condições para o exercício do cargo de Conselheiro, como, aliás, já vinha há anos
4 comprovando, como membro do corpo de Auditores Substitutos; em terceiro, para deixar
5 claro, segundo entendo, que nesta noite está de parabéns menos o Conselheiro
6 empossando do que o Tribunal de Contas, porquanto, a partir de agora este terá a seu
7 serviço, em caráter integral, e não apenas como substituto ou simples relator com
8 proposta de decisão, o Conselheiro Marcos Antônio da Costa com os seus
9 conhecimentos jurídicos e de administração pública e, acima de tudo, com a sua invejável
10 capacidade de trabalho. Apresento-lhe, Conselheiro Marcos Costa, em nome da OAB, os
11 parabéns e os votos de uma exitosa atuação, no desempenho do compromisso há pouco
12 assumido. Muito obrigado”. **Em seguida, o Presidente concedeu a palavra ao Auditor**
13 **Antônio Gomes Vieira Filho, para fazer a saudação em nome dos Auditores**
14 **Substitutos de Conselheiros desta Corte de Contas, oportunidade em que fez o**
15 **seguinte pronunciamento, após saudar os componentes da Mesa:** “Minha
16 incumbência é a das mais fáceis: saudar o novel Conselheiro egresso do Corpo Técnico
17 desta Casa, com quem convivo, juntamente com os demais Conselheiros Substitutos,
18 respectivamente, Antônio Cláudio Silva Santos, Renato Sérgio Santiago Melo e Oscar
19 Mamede Santiago Melo, há mais de 17 anos, me é prazeroso e motivo de muito orgulho.
20 Todos nós -- e mais o hoje Conselheiro Aposentado Umberto Silveira Porto – nos
21 submetemos a um dos concursos públicos mais rigorosos já realizados por esta Corte de
22 Contas, consistindo de múltiplas e difíceis etapas e, aprovados, fomos empossados em
23 1998. O Dr. Marcos Antônio da Costa foi o nosso preceptor, pois aqui já estava desde
24 1989 e, juntamente com o nosso decano, o Auditor Substituto de Conselheiro Nilton
25 Gomes de Souza, traçou os quadrantes de nossa atuação, nos instrumentalizando no
26 destacar dos serviços do exame das contas públicas, cuja experiência já os credenciava
27 a formar uma escola, na qual foram eles os mestres e, nós, os seus privilegiados
28 aprendizes. Hoje, para o nosso gáudio, depois de ocupada pelo confrade Umberto
29 Silveira Porto é chegada a hora e a vez do nosso querido Marcos Antônio da Costa
30 ocupar a digna representação do Corpo Técnico desta Casa, na composição do
31 Conselho, o que temos certeza que Sua Excelência o fará da maneira mais natural, dada
32 a sua origem, mais efetiva, dado o seu currículo e o seu passado profícuo, mais
33 significativa, honrando as melhores tradições dos Corpos Técnico e Funcional desta
34 Casa. Conte com o seus pares em sua missão, nobre Conselheiro Marcos Antônio da

1 Costa. Peço permissão, também, para saudá-lo em nome dos servidores desta Corte de
2 Contas para igualmente homenageá-lo, multiplicando assim o ônus da sua
3 representação, porque sei, como sabem todos os que aqui acorreram, da sua autonomia,
4 da sua altivez, da sua competência e da sua disposição. Sinceros parabéns meu amigo
5 Marcos Antônio da Costa e que do alto da Pedra Bonita, o Menino Deus do Valo do
6 Piancó siga iluminando os seus passos. Feliz Natal a todos e um Próspero Ano Novo!”
7 **Em seguida, o Presidente concedeu a palavra a Auxiliar de Contas Públicas, Sra.**
8 **Marilene Gomes de Sousa Rêgo, para fazer a saudação em nome do Gabinete do**
9 **Conselheiro Marcos Antônio da Costa, ocasião em que fez o seguinte**
10 **pronunciamento, após saudar as pessoas presentes:** “Boa tarde! Exmo. Senhor
11 Presidente desta Corte de Contas, demais integrantes da Mesa, Srs. Conselheiros,
12 Membros do Ministério Público Especial, servidores desta casa, familiares, minhas
13 Senhoras e meus Senhores. É com muita honra que venho representar os servidores do
14 Gabinete do Conselheiro Marcos Antonio da Costa, com este breve discurso. Início
15 minhas palavras, trazendo uma mensagem da Bíblia, no livro de Provérbios 16.9, que diz:
16 “Em seu coração, o homem planeja o seu caminho, mas o Senhor lhe dirige os passos”.
17 É assim que vemos o traçar da sua vida pelas mãos do Criador, pois os planos de Deus
18 são maiores do que os nossos. Sem medo de errar, não é difícil falar sobre a pessoa de
19 Marcos Costa. Homem de uma simplicidade ímpar no seu jeito de viver e agir que, em
20 meio a tantos termos técnicos que se utiliza para formar os seus entendimentos, sempre
21 faz uso de um vocabulário regional que lhe é peculiar: o dialeto misericordiense. Sim,
22 porque inúmeras foram as palavras e termos que, durante todo esse tempo de
23 convivência, vieram a se somar ao nosso, que passaram a fazer parte de nós e ser por
24 nós também utilizado, da forma mais natural possível, fazendo nos sentir autênticos filhos
25 de Misericórdia. Não conseguirei enumerar todos, mas posso arriscar alguns: “fiota”, “em
26 carniomana”, “é uma dificuldade”, “cada qual no seu cada qual”, “eu conheço o meu
27 gado”etc. Pois bem. Esse é Dr. Marcos. E digo mais: faz tudo isso com muito orgulho,
28 sempre registrando as suas origens. E sei que faz suas as palavras do inesquecível
29 Ariano Suassuna: “Não troco o meu ‘oxente’ pelo ‘ok’ de ninguém”. Dia a dia, ele nos
30 passa lições práticas de como lidar com os processos a ele submetidos, ultrapassando o
31 mero formalismo, que vemos nos livros e na legislação, empregando sua vasta
32 experiência e conhecimento de todos os setores pelos quais passou neste Tribunal,
33 ponderando com justiça o desfecho de muitos casos, enchendo-nos de orgulho de poder
34 conviver com seu imenso saber, em todos os seus aspectos. Por tudo isso e muito mais,

1 o senhor é merecedor do cargo que ocupa, que veio a coroar a sua carreira pública tão
2 íntegra e proba, a qual se iniciou pela porta estreita do concurso público, termo
3 destacado, em sua posse administrativa, pelo Conselheiro Substituto Antônio Gomes. É
4 isso Dr. Marcos, agradecemos a Deus pela sua vida, pelo seu exemplo, dedicação e
5 compromisso com esta Corte de Contas e, principalmente, com a sociedade. Obrigada
6 pela confiança em nós depositada e por tudo o que o senhor já nos ensinou, como
7 também a tantas outras pessoas que já tiveram o prazer de tê-lo no convívio diário.
8 Parabéns!” **Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro**
9 **empossado, Doutor Marcos Antônio da Costa, que fez o seguinte pronunciamento:**
10 “Ufa! *Eu penei, mas aqui cheguei...*(da música Pau de Arara de Luis Gonzaga). Tomo,
11 por empréstimo, pequeno trecho do Discurso de Posse do imortal José Lins do Rego,
12 sem dúvida um dos mais destacados literatos nacionais, na Academia Brasileira de
13 Letras, bastante adequado à sensação que vivencio neste momento: “*Aqui estou sem ter*
14 *feito uma caminhada de aventuras. Não me pus na luta empenhando o que podia e o que*
15 *não podia. A Academia não me foi uma idéia fixa, um posto a conquistar com todo o meu*
16 *sangue. E nem vendi a alma ao demônio para obter a vossa imortalidade”*. Segui igual
17 caminho, nada mirei como objetivo para a minha pretensão, não estabeleci metas, ao
18 contrário, nem fiz campanha, fiquei quieto no meu canto. Os votos dos Senhores
19 Conselheiros que me conduziram ao topo da lista tríplice foram dados de forma
20 democrática e espontânea. Deixei a vida me levar, sob a eterna vigilância do Redentor do
21 Mundo e de Santo Antônio de Pádua ou de Lisboa, cuja bondade e misericórdia me
22 conduziram a este porto tranqüilo, de águas doces e cristalinas. Vejam que O Criador,
23 como sempre, a mim dedicou o bom e o melhor, não posso em absoluto me queixar.
24 Deu-me o melhor dos pais (Paulo e Inês), cujos esforços para educar os filhos, surtiram
25 os efeitos esperados. Especialmente *Inezinha* que renunciou a tudo e mais alguma coisa
26 para conseguir o seu objetivo maior, o de formar pelo menos um dos filhos, dos nove que
27 trouxe ao mundo, obtendo o seu intento em relação a quatro. Não estudou e se formou
28 quem não quis. Estivessem eles aqui fisicamente, o que diriam? Certamente estariam
29 felizes e deixariam transparecer essa felicidade nos seus rostos, porque o sucesso dos
30 seus filhos era o sucesso deles próprios, por isso mesmo, serve-me de consolo, pelo
31 menos, a certeza a presença espiritual de cada um. Deu-me o Senhor, também, a melhor
32 das esposas: Maria das Graças, ou DIU, para os íntimos, de cuja companhia desfruto há
33 mais de quarenta um anos, que igualmente a meus pais, contribuiu para que percorresse
34 da melhor forma a minha senda profissional, atendendo-me com presteza, sem

1 cobranças, sem rugas, sem resmungos e sempre juntos, seja nas horas alegres seja nos
2 momentos de incertezas e de dificuldades que tantos foram, para vencermos os
3 percalços. Deu-me Deus, Paula e Lorena, minhas filhas, as melhores filhas, esta última,
4 trouxe-me, pelo casamento, um filho, meu genro Mário Márcio e, da união de ambos, em
5 junho vindouro, virá Artur, meu primeiro neto. Deu-me o criador, os melhores irmãos
6 Vicente (*in memória*), Anchieta, Francisco (*in memória*- meu companheiro de
7 inesquecíveis noitadas), Paulo Henrique, Luiz Gonzaga (velho parceiro de longa data, que
8 sempre causou admiração em mim e nos outros pelo excelente futebol que praticava),
9 Anália Maria (*in memória*), Marcelo José (o sucessor do nosso pai na sua bondade e na
10 sua presteza) e Pedro Fernando. Deu-me os melhores amigos e grandes colegas. O
11 ilustre Conselheiro Flávio Sátiro Fernandes, por exemplo, cuja fidalguia me admitiu para
12 titular da Coordenação de Aposentadorias, Pensões e Reformas, por indicação do não
13 menos ilustre, Conselheiro Substituto Nilton Gomes de Souza, na época, Auditor Chefe,
14 tornando-se a designação na linguagem de hoje, o meu *starte* de participação na
15 administração da Corte de Contas, em função de liderança e destaque. Outro amigo a
16 merecer relevância, sem demérito dos demais, é o Conselheiro Juarez Farias, homem de
17 bem, de inteligência impar, sempre tendo sido a minha referência, pelo seu exemplo de
18 profissional maior e de homem que apresenta respeitabilidade nos seus atos e atitudes
19 em tudo que faz. Sempre será para mim espelho e o meu norte. São tantos estes amigos
20 com caráter excepcional, que seria uma ingratidão tamanha da minha parte esquecer dos
21 nobres Conselheiros Gleryston Holanda de Lucena e José Marques Mariz, o primeiro,
22 brindou-me com o meu ato de nomeação para Conselheiro Substituto, corrigindo uma
23 omissão que já beirava a injustiça, pois aprovado em seleção pública para isto,
24 ultrapassados todos os entraves de ordem judicial que cercaram a negativa de posse a
25 um outro colega, a nomeação não saia. E o mais marcante de tudo é que a entrega do
26 ato se deu no dia 06 de janeiro, quando eu aniversariava. O segundo, concedeu a nós
27 Conselheiros Substitutos, acomodações dignas, mais adequadas ao cargo e bem mais
28 confortáveis, além de benefícios que agora estão sendo negados a colegas de outros
29 estados da federação. Completando este rol destacado, de amigos e colegas diletos, com
30 influência sobre a minha carreira profissional, cito os dois Antônio, Gomes e Cláudio,
31 exemplo de nobreza e desprendimento, na verdade, além da amizade e do respeito que a
32 ambos dedico, são para mim irmãos escolhidos. Brindou-me, o Criador, com uma carreira
33 profissional, conquistada, com muito esforço, através de dois concursos públicos,
34 desempenhando-a em uma das melhores Corte de Contas do cenário nacional, que

1 atendeu e atende a todas as minhas expectativas, hoje chegando ao seu último patamar,
2 com muita honra e orgulho. E isso se deu, depois de prestar meus serviços em várias
3 instituições aqui e alhures, inclusive na atividade privada, guiando-me Deus ao Tribunal
4 de Contas da Paraíba, porque ele sabia do desenrolar do meu destino profissional e a
5 quanto eu chegaria, Achara finalmente o meu lugar, a minha Pasárgada, semelhante à do
6 Poeta Maior Manoel Bandeira. Estou me juntando a homens que estão a fazer a história
7 do controle externo brasileiro e passo a integrar um Pretório de Contas fincado, por João
8 Agripino, Otacílio Silveira e Juarez Farias, em alicerces robustos de moralidade,
9 honradez, competência, credibilidade local e nacional, honestidade, dignidade e
10 respeitabilidade, composto agora e no passado, por cidadãos possuidores de
11 comprovada conduta ilibada em todas as atividades que exerceram, inclusive a de
12 julgadores. Sabe-se pela imprensa, o espocar de notícias de fora da Paraíba, dando
13 conta da participação de integrantes de algumas instituições envolvidos em negócios
14 escusos. Aqui, diferentemente, nenhum escrito, nenhuma fala, nenhuma imagem,
15 nenhum pio sequer, acerca de situações dessa espécie, com referência aos membros
16 dessa Corte de Contas (Aqui o japonês não tem vez). Tais assertivas servem-me de
17 alento quando injustamente, os Tribunais de Contas Brasileiros são alvos de insidiosas
18 perseguições, ameaçados de extinção, redução de suas prerrogativas, apontados como
19 ultrapassados e ineficientes, em face de interesses nada republicanos. O controle da
20 administração pública è fruto da democracia e vem de antes mesmo do nascimento de
21 Cristo, pois os gregos no período de Péricles (sec. 5 a.C.) já o exerciam e assim foi entre
22 os Romanos. No Brasil, diz-nos o ilustre Conselheiro Substituto, Luiz Henrique Lima (*in*
23 *Controle Externo*) que a primeira notícia referentemente a um órgão de fiscalização das
24 contas públicas, data do período do Príncipe Regente Dom João VI. Em 1826, portanto,
25 ainda no período do Império, deu-se uma tentativa de institucionalizar um tribunal de
26 contas, pelos Senadores Visconde de Barbacena e José Inácio Borges, esbarrando na
27 oposição do Conde de Baependi. Sob a inspiração do ilustre Ruy Barbosa, Ministro da
28 Fazenda do Governo Provisório, dá-se a criação do Tribunal de Contas, instalado,
29 todavia, na gestão do Ministro Serzedello Correia, em 1893. Cabe destacar os trechos
30 que a seguir transcrevo da Exposição de Motivos remetida por Ruy Barbosa, explicando a
31 criação do Tribunal de Contas, que mandei enquadrar e ainda hoje tenho comigo, diz o
32 seguinte: *...corpo de magistratura intermediário à administração e à legislatura, colocado*
33 *em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias*
34 *contra quaisquer ameaças, possa exercer as suas funções vitais no organismo*

1 constitucional, sem risco de converter-se em instituição de ornato aparatoso e inútil.
2 ...Convém levantar, entre o poder que autoriza periodicamente a despesa e o poder que
3 quotidianamente a executa, um mediador independente, auxiliar de um e de
4 outro...(grifos da transcrição). O grande Ruy Barbosa estando sempre à frente do seu
5 tempo e preocupado com as interferências nefastas que pudessem ocorrer, propôs a
6 criação de um órgão de controle de contas públicas, autônomo, sem submissão a
7 qualquer dos poderes ou a outras instituições e livre de quaisquer ameaças, para exercer
8 o seu *múnus*, ao contrário, se tornaria um ente público *de ornato aparatoso e inútil*. A
9 despeito das reiteradas interpretações acerca da expressão *auxiliar* constante das
10 Constituição Federal replicada na estadual, a lúcida e sempre atual destinação do
11 Tribunal de Contas, apregoada pelo ilustrado baiano, naquele documento há, nos dias de
12 hoje, um obstinado desejo de que os Tribunais de Contas sejam ou se tornem *auxiliares*,
13 no sentido pejorativo de submissão ao Poder Legislativo, tolhendo-lhes o exercício
14 sagrado de suas prerrogativas de apontar atos injustificados de prejuízo ao erário público
15 e em razão disso cobrar ressarcimento. O controle das contas públicas é inerente à
16 democracia, tanto é assim que nos períodos de exceção, a história nos conta que os
17 mandatários se voltam contra os Tribunais de Contas, suprimindo-lhes competências de
18 modo a se transformarem em simples órgão público de recomendações, de sugestões e
19 de simples carimbador de documentos. A propósito, no Governo do Marechal de Ferro,
20 Floriano Peixoto, o recém instalado Tribunal de Contas teve suas competências
21 reduzidas, porque tivera a *petulância* de considerar ilegal a nomeação de um parente do
22 Marechal Deodoro da Fonseca, culminando com a saída voluntária do Ministro Sezerdello
23 Correia do Ministério. E assim foi no Estado Novo e na revisão constitucional de 1967, na
24 Paraíba há o caso da edição de lei que podava a quase nada as competência desta Corte
25 de Contas, revogada no governo seguinte. Esses episódios, faz-me lembrar da canção de
26 Lenine e Dudu Falcão: SIMPLES ASSIM, segundo a qual: “**Do alto da arrogância**
27 **qualquer homem se imagina muito mais do que consegue ser. É que vindo lá de**
28 **cima, a ilusão que lhe domina, diz que pode, muito antes de querer**”. Todavia, nos
29 períodos seguintes de redemocratização, como ocorreu com as Constituições de 1946 e
30 1988, os poderes das Cortes de Contas retornaram ao *stato quo ante* e com
31 competências ampliadas. Já caminhando para o final, consciente de que jamais poderia
32 vencer essa luta, não fora a colaboração de tantos. SEREI ETERNAMENTE GRATO: Ao
33 meu bom Deus e ao meu compadre e amigo Santo Antônio de Pádua ou de Lisboa; A
34 Maria das Graças, Lorena, Paula e Mário, ainda que sofrendo em face de todas as

1 adversidades, não permitiram que nada me faltasse, em todos os sentidos. Aos meus
2 pais, Paulo Costa Lima e Maria Inês Costa, aos meus irmãos Anchieta e Paulinho, que
3 deram um duro danado na labuta do Armazém São Paulo, em auxílio a nosso Pai,
4 ajudando-o no ganho de recursos para financiar a nossa educação. Às minhas tias Lula e
5 Maria José que me acolheram quando o dinheiro era insuficiente para pagar hotel. Ao
6 meu querido Colégio Agrícola Vidal de Negreiros e a minha inesquecível Faculdade de
7 Direito. Saindo do circuito familiar, reconheço a participação efetiva dos meus agora
8 pares, Conselheiros Arnóbio Viana, Nominando Diniz, Fernando Catão, Fábio Túlio, e
9 André Carlo, sob o comando do nosso incansável timoneiro maior, Artur Cunha Lima, que
10 escolheram meu nome para a lista tríplice, de forma unânime, não me deixando faltar
11 incentivo, solidariedade e companheirismo, acima de tudo, nas situações difíceis que
12 antecederam o procedimento de escolha, muito obrigado. Sou penhoradamente grato ao
13 Governador do Estado, Senhor Ricardo Vieira Coutinho, que manteve o seu critério de
14 escolha, bastante democrático, sempre optando pelo mais votado no colegiado, em casos
15 da espécie, propondo a minha indicação à augusta Assembléia Legislativa e posterior
16 nomeação. Ao Senhor Presidente da Assembléia, cuja interferência propiciou a
17 celeridade da minha participação na sabatina, regimentalmente promovida pela Comissão
18 de Constituição e Justiça. Da mesma maneira manifesto a minha absoluta gratidão aos
19 ilustres integrantes daquela Comissão e de outros parlamentares que por lá estiverem
20 emprestando a sua solidariedade, e de forma especialíssima, à sua Presidente Deputada
21 Estela Bezerra e ao Relator do Projeto de Decreto Legislativo, meu ilustre amigo
22 Deputado Hervásio Bezerra. Agradeço as orientações recebidas quanto ao
23 processamento da sabatina e do ato admissional no âmbito do Palácio da Redenção e da
24 Assembléia Legislativa, pelos eminentes Procurador Geral do Estado e Advogado Marcos
25 Aurélio. Agradeço, também, aos considerados Antônio Gomes e Antônio Cláudio; Deus
26 lhes abençoem e lhes retribuam pelo dobro, pela bondade e companheirismo de ambos
27 que me emprestaram. Agradeço de modo especialíssimo aos ilustres Conselheiros
28 Arnóbio Alves Viana e Flavio Sátiro Fernandes, bem assim a não menos ilustre
29 Procuradora Geral Sheila Barreto Braga de Queiroz, pelas palavras elogiosas e
30 carinhosas nas saudações que ora me fizeram. Meu muito obrigado ao pessoal do
31 Cerimonial, Assessoria Militar, Coral, pessoal terceirizado, enfim, a todos aqueles que
32 participaram de forma direta ou indireta para o êxito desta solenidade. E deixei para
33 expressar, no final, a minha eterna gratidão à minha equipe: MARILENE, que também me
34 saudou de forma amiga e carinhosa, ROBERTA, JULIANA, MARICÉLIA E TEREZINHA,

1 para destacá-la, enaltecendo a capacidade técnica de todas, melhorando dia a dia as
2 minhas propostas de decisão e agora os votos, fazendo com que os jurisdicionados
3 vinculados à minha relatoria tenham uma visão mais esclarecedora das matérias tratadas
4 nas decisões propostas. Enalteço, de outro lado, a forma cortes e elegante como me
5 tratam e ao público em geral e o carinho e respeito que me dedicam. Muito obrigado,
6 espero em Deus que sejam vocês retribuídas e as suas famílias, com muita saúde, paz e
7 prosperidade. Aceitem, portanto, um respeitoso beijo do seu chefe e amigo. E concluindo,
8 finalmente, digo-lhes que nesse caminhar tive altos e baixos, sai muito cedo do meu
9 lugar, sofri as saudades da família e da minha Misericórdia/Itaporanga, eu diria até, que
10 comi o pão que o diabo amassou e como no início desta fala, que jamais tive a petulância
11 de chamar de discurso, associei à minha trajetória àquela descrita pelo jamais esquecido
12 Luis Gonzaga do Nascimento, sobre a saga do sertanejo que sai do seu rincão no
13 caminhão Pau de Arara, para enfrentar o desconhecido, descrita na canção do mesmo
14 nome... ***Quando eu vim do sertão seu moço / Do meu bodocó / Meu malote era um***
15 ***saco / E o cadeado era o nó / Só trazia a coragem e a cara / Viajando num pau de***
16 ***arara / Eu penei, mas aqui cheguei.***” A seguir, o Coral do TCE/PB prestou uma
17 homenagem musical ao Conselheiro Marcos Antônio da Costa, contando com a
18 participação da primeira formação do Grupo paraibano Os Gonzagas, composto por
19 sobrinhos do homenageado (Luise, Yuri, Igor, Gonzaguinha e Daniel) que, também,
20 executaram, no seguimento, um baião do cancioneiro regional. **Antes de encerrar a**
21 **sessão, o Conselheiro Presidente Arthur Paredes Cunha Lima fez o seguinte**
22 **pronunciamento:** “Vou começar com uma história do Império Romano: Dizem que um
23 Imperador no Coliseu, colocou um escravo egípcio para que o leão o devorasse. O
24 Coliseu cheio de gente e o leão, faminto, partiu para cima do escravo indefeso. Mas antes
25 que o leão pulasse em cima dele, o escravo foi na orelha do leão e cochichou alguma
26 coisa. Então o leão colocou o seu rabo entre as pernas e partiu em retirada. O Imperador
27 ficou desesperado e mandou chamar o escravo e lhe disse: Darei a cidadania romana e
28 te perderei se você disser para mim o que disse a leão. Então o escravo respondeu: Eu
29 disse, ora leão deixa de ser besta rapaz. Se tu me comer tem oito discurso depois disso.
30 Conselheiro Marcos Antônio da Costa, tenha a certeza que Vossa Excelência passa a
31 integrar uma Corte de Contas das mais eficazes, eficientes e céleres entre todas do país,
32 bem como tem um corpo de técnicos, auditores e servidores que só engrandece o nosso
33 Tribunal. Digo sem pestanejar, que tenho orgulho de pertencer a esta Casa, que a sua
34 história também a engrandece. Me socorro do Procurador Gilberto Carneiro da Gama,

1 aqui ao meu lado, que me cochichou uma frase de Tostoi, que diz: “Seja grande, seja um
2 cidadão universal, mas cante a sua terra”. Você cantou a sua terra, Marcos Costa.
3 Parabéns e seja bem-vindo a esta Corte de Contas”. Ao final, o Presidente declarou
4 encerrada a presente Sessão Solene, informando a todos os presentes que o
5 Conselheiro Marcos Antônio da Costa receberia os cumprimentos no Salão de Exposição
6 Lynaldo Cavalcanti, do Centro Cultural Ariano Suassuna, seria servido um coquetel,
7 juntamente com apresentação musical no *solarium* daquele Centro Cultural e para
8 constar, eu Osório Adroaldo Ribeiro de Almeida _____, Secretário
9 do Tribunal Pleno, mandei lavrar e digitar a presente Ata, que está conforme.
10 **TCE - PLENÁRIO MINISTRO JOÃO AGRIPINO, em 16 de dezembro de 2015.**

Em 16 de Dezembro de 2015



Cons. Arthur Paredes Cunha Lima
PRESIDENTE



Osório Adroaldo Ribeiro de Almeida
SECRETÁRIO



Cons. Fernando Rodrigues Catão
CONSELHEIRO



Cons. André Carlo Torres Pontes
CONSELHEIRO



Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
CONSELHEIRO



Cons. Marcos Antonio da Costa
CONSELHEIRO



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
CONSELHEIRO



Cons. Arnóbio Alves Viana
CONSELHEIRO



Cons. Subst. Oscar Mamede Santiago Melo
CONSELHEIRO SUBSTITUTO



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho

CONSELHEIRO SUBSTITUTO



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Cons. Subst. Antônio Cláudio Silva Santos

CONSELHEIRO SUBSTITUTO



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Cons. Subst. Renato Sérgio Santiago Melo

CONSELHEIRO SUBSTITUTO



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Sheyla Barreto Braga de Queiroz

PROCURADOR(A) GERAL